

Data e Local: 29 de maio de 2020, às 10h00min, por Webconferência.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: Os Conselheiros ausentes não justificaram suas faltas.

Convidados: **Bruno Januzzi**, Especialista em Regulação do Posto de Imbituba, e **Maurício Medeiros de Souza**, Coordenador da Regional de Florianópolis, ambos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; **Capitão de Corveta (T) James Batista**, Delegado da Capitania dos Portos em Laguna (aguardando publicação da indicação para ser conselheiro), **Gilberto Barreto da Costa Pereira**, presidente do OGMO e do SINDOP (aguardando recondução como conselheiro); **Rafael Luiz Pereira**, Executivo da Refisa Indústria e Comércio Ltda (aguardando publicação da indicação para ser conselheiro), **Gustavo Andres Gorigoitia Vega**, Supervisor, e **Juliana Pizzato Cardoso**, CRB/Votorantim; **Giovane Ferreira Pereira**, Gestor Executivo ACIM; **Camila Kuminek de Amorim**, Gerente de SSMA; **Mairo Puccini Serralha**, Gerente de Obras; **Rui Roberti**, Gerente Comercial; **Cleydson dos Santos Silva**, Assessor de Diretoria; **Daniel Dobrachinsky Plentz**, Agente Portuário - Arquitetura (aguardando recondução como conselheiro); **Géssica da Silva**, Agente Portuário – Comunicação; **Amanda Cristie Trummer da Silva**, Administrativo Portuário, e **Mariana de Souza**, Estagiária da SCPar Porto de Imbituba S.A.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, a **Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck**, Presidente do CAP, cumprimentou os Conselheiros e Convidados presentes e iniciou a reunião.

2. POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS:

Nesta reunião, foi empossado o **Sr. Ademar Dutra**, conselheiro suplente (do Sr. Joel Alves), CPF n.º 538.286.589-20, designado pela portaria nº 3.936, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20 de setembro de 2019, foi indicado pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

3. APROVAÇÃO DA ATA RO 03/2020:

Inicialmente, a **Presidente** propôs a aprovação da ata RO 03/2020. Dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeções e será assinada pelos Conselheiros presentes na próxima reunião presencial.

Buscando melhorar o procedimento de elaboração e revisão das atas, com base no Regimento Interno do CAP, a **Sra. Rita** alinhou com a Secretaria Marlei que a minuta do documento será encaminhada por e-mail aos conselheiros em no máximo 10 dias após a data da realização da reunião.

A **Presidente** também acordou com os conselheiros que as manifestações sobre ajustes na redação da ata devem ser encaminhadas em igual período, ou seja, 10 dias após o recebimento da minuta do documento.

Adiante, iniciando as tratativas da ordem do dia, a **Presidente** passou a palavra para a **Sra. Camila Amorim** tratar sobre o processo de homologação do levantamento hidrográfico.

4. STATUS DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DO LEVANTAMENTO HIDROGRÁFICO:

Após a **Sra. Camila**, Gerente de SSMA, cumprimentar os presentes, ela compartilhou em tela a autorização nº 404/2019 publicada no site do CHM e atualizada no dia 28 de abril, com a informação que a batimetria encaminhada foi aprovada.

Em seguida, a **Sra. Camila Amorim** relatou que, dando continuidade às tratativas relacionadas à obtenção do balizamento definitivo, no dia 05 de maio, foi solicitado ao CHM (Centro de Hidrografia da Marinha) os dados das batimetrias, o chamado “bacalhau”. Estas informações foram recebidas pela Autoridade Portuária no dia 27 de maio, trata-se de um arquivo em “pdf”, sendo assim, este “bacalhau” resulta da junção dos diversos dados obtidos por meio de duas batimetrias.

Adiante, a **Sra. Camila** rememorou que a primeira dessas duas batimetrias foi realizada no final de 2018 pelo navio da Marinha chamado Taurus. Restou pendente uma parte da bacia de evolução, por isso, uma batimetria complementar foi feita pela Autoridade Portuária, através da autorização supracitada, a nº 404/2019.

A partir das informações da batimetria, Autoridade Portuária consultou o CAMR (Centro de Sinalização Náutica Almirante Moraes Rego) sobre a possibilidade de elaborar internamente o projeto de balizamento, a resposta obtida de maneira informal foi positiva, pois engenheiro civil também pode assinar o projeto de balizamento. Sendo assim, a partir dos dados obtidos no dia 27 de maio, o corpo técnico da SCPar Porto de Imbituba está trabalhando na elaboração no mesmo.

Dando continuidade a sua fala, a **Sra. Camila Amorim**, contextualizou que, considerando o curto prazo, tem-se pensado em adotar a solução apresentada pelo **Sr. Valter** (*in memorium*), a qual também está alinhada com o posicionamento da equipe de praticagem, diz respeito a estruturar um projeto que perenize os sinais que hoje compõe o balizamento provisório do Porto.

Adiante, a **Sra. Camila** sintetizou que o primeiro passo é a equipe da SCPar Porto de Imbituba elaborar o projeto de balizamento definitivo idêntico ao balizamento provisório (com o quantitativo de bóias que o Porto dispõe atualmente). Em seguida, o documento será entregue para análise e aprovação do CAMR. A partir da aprovação do documento, é necessário fazer as adequações dos sinais existentes, tais como pintura e troca de lanternas.

Finalizando sua fala, a **Sra. Camila** rememorou ofício nº20-16/DelLaguna-MB, por meio do qual, a Capitania do Portos de Laguna, informou que a data limite para a aprovação do projeto é até o dia 6 (seis) de agosto do corrente, ou seja, a partir dessa data não seria mais passível de renovação o balizamento provisório.

Tomando a palavra, o **Sr. Antonio Carlos** mencionou sobre as condições de maré no inverno, em seguida, questionou se as bóias precisam ser removidas para a pintura.

A **Sra Camila Amorim** respondeu que sim e complementou que, como existem duas bóias reservas (em solo), é mais fácil pintar as peças em estoque e substituir as estão no mar por estas.

Em relação às condições de maré no inverno, a **Sra. Camila** salientou que a retirada das bóias e a troca das lanternas não seria um procedimento tão difícil, pois as bóias encontram-se na área interna do molhe.

Após ser questionada sobre o navios tipos a serem atendidos, a **Sra Camila** esclareceu que estes parâmetros ainda estão sendo discutidos. Salientou que, com o balizamento atual, já foram realizadas 10 manobras especiais com navio de até 333 metros. Sendo que a LOA máxima autorizada pela Marinha para estas manobras especiais era de 349.

Em relação a profundidade, a **Sra. Camila** mencionou que se tem pensado em buscar a homologação de calado de 13,5 para os berços 1 e 2, quanto ao berço 3, ainda faz necessário definir este dado.

Após a **Sra. Rita** questionar sobre a data do último balizamento, a **Sra. Camila** comentou que o provisório vem sendo renovado desde 2016.

Tomando a palavra, o **Sr. Gilberto** expôs que, no momento, está sendo conduzido pela Autoridade Portuária apenas o estudo da recuperação e reforço da estrutura do Cais 3 original, não a sua ampliação e aprofundamento, sendo assim, em curto prazo, a obra no Cais 3 não implica na alteração de definição de calado e nem o tipo de navio, ou seja, não demanda alterações dos parâmetros operacionais atuais.

Tomando a palavra, o **Sr. José Roberto** mencionou que vem conversando com o Diretor-Presidente sobre a intervenção do Cais 3, salientou que o projeto do mesmo não prevê o desejo de crescimento a médio e longo prazo, a questão do aprofundamento, do alargamento e nem a estruturação para no futuro receber um *shiploader*.

Neste sentido, **Sr. José Roberto** também afirmou que é inviável colocar um *shiploader* no Cais 3, se este não tiver um aprofundamento/calado para atender panamax. Em outras palavras, a única hipótese de colocar um *shiploader* no Cais 3 é se o mesmo puder atender também navios de grande porte.

Considerando que a equipe da SCPar Porto de Imbituba, já havia mencionado sobre a possibilidade do aprofundamento do calado para possível navios de grande porte, o **Sr. José Roberto** afirmou, não se deve perder a oportunidade de realizar o estudo com esta robustez, uma vez que custo adicional do projeto é abaixo de 200 mil reais, pois além de atender o granel agrícola, atenderia granel mineral, uma vez que a Votorantim tem até demandado judicialmente o aprofundamento do berço.

Finalizando a sua fala, o **Sr. José Roberto**, destacou a importância da Administração Portuária aditar o contrato e preparar o projeto pensando no curto, médio e longo prazo.

Adiante, o **Sr. Daniel Plentz** mencionou que o CAP é o fórum ideal para estas discussões, em seguida comentou sobre a hipótese, já levantada em outros momentos, de fazer o aterramento da área do Cais 3.

Complementando a fala do Sr. Daniel, o **Sr. Gilberto** informou que, com base na obra do Porto de Salvador, desde o início das discussões defende a utilização desta metodologia, sugeriu a fixação de estacas com envoltórios ao Cais 3 e salientou que seria um imenso desperdício não tornar o cais apto a receber navios pós panamá.

Tomando a palavra, o **Diretor-Presidente** mencionou que ao longo de 2019 e 2020 foram realizadas diversas reuniões com diferentes órgãos para discutir o tema, tendo a licitação do projeto de intervenção do Cais 3 sido pautada no prazo citado no ofício da ANTAQ.

O **Diretor-Presidente** também solicitou que os atos sejam formalizados e incluídos no SGPe, para que sejam analisados e tratados de modo adequado, pois muitas informações úteis que surgem em conversas informais, infelizmente, não chegam para o conhecimento da Diretoria.

Na sequência, o **Sr. Jose Roberto**, em nome dos operadores, propôs uma moção dos usuários e operadores para que o Porto de Imbituba, ainda em tempo, aproveite o projeto para tais adaptações, como alargamento do cais, melhorias no aprofundamento e também estruturação do berço para recepção de equipamentos de grande porte como *shiploader*.

Concordando com a fala do Sr. José Roberto, o **Sr. Antonio Carlos** sugeriu formalizar estas necessidades para que, como uma ferramenta de gestão, a Administração do Porto tenha

acesso a estas informações, pois quando fala-se em *shiploader*, se oferece-a produtividade a custo adequado e é isto que o Porto de Imbituba deve buscar.

Finalizando a sua fala, o **Sr. Antonio Carlos** propôs como encaminhamento que a manifestação seja via CAP, a ideia é formalizar o posicionamento a partir das discussões desta reunião, o qual pode embasar a justificativa para o aditamento do atual contrato, pois é vital que o projeto de intervenção do cais 3 contemple também a ampliação da sua capacidade de movimentação de carga, não apenas a sua recuperação.

Com relação a elaboração do termo de referência (TR) do projeto de reforço estrutural do cais 3, o **Sr. Daniel Plentz** contextualizou que a estruturação do TR se deu na avaliação que foi feita por parte de uma empresa contratada, onde a avaliação que ela faz, não é para aprofundamento do cais, mas sim para reforço estrutural que estava comprometido. A empresa vencedora deste certame licitatório, fez o cais 1 e 2, por isso a mesma se sente segura em realizar o trabalho, pois conhece a estrutura geológica do Porto de Imbituba.

Em seguida, tomando a palavra, o **Sr. Gilberto** ressaltou que o foco das discussões sempre foi recuperar a infraestrutura existente, quando se cogitou a ampliação, aprofundamento e alargamento, a restrição apresentada foi de que não se poderia ir além do que estava sendo notificado pela ANTAQ devido ao prazo. No entanto, não se pode perder a oportunidade.

Após, a **Sra. Rita** concordar com a ideia da moção pelo CAP, o **Sr. Bruno Januzzi** explicou que a ANTAQ apenas pediu o cronograma da obra, sendo assim, o órgão não pode ser utilizado como elemento para não ser considerado as demais intervenções da obra. Apontou também que, em sua percepção, é importante fazer o projeto da reforma do cais 3 considerando a sua aplicação e o aprofundamento.

Adiante, o **Diretor-Presidente**, discorreu sobre a sua preocupação com o atendimento dos normativos vigentes, e mencionou que, mesmo respeitando a legislação tem recebido às denúncias, como, por exemplo, do legislativo municipal e do Ministério Público que questionam o processo da compra dos equipamentos hospitalares para combate à COVID-19. Sendo assim, é importante analisar as possibilidades legais de atender o pleito discutido nesta reunião. Em seguida, agradeceu todo o apoio do Sindop que vem contribuindo com os trabalhos da Autoridade Portuária relacionados ao Cais 3. Por fim, o **Diretor-Presidente** pontuou que esta atitude traz mais transparência e seriedade ao trabalho.

Logo, a **Presidente** do CAP concordou com o posicionamento do Diretor-Presidente Jamazi, e destacou que a adequação do projeto é de extrema relevância para toda a comunidade de Imbituba.

Finalizando a terceira pauta do dia, o **Sr. Gilberto** registrou no *chat* a seguinte manifestação:

O SINDOP IMBITUBA portanto, representando os Operadores Portuários associados, solidariza-se às preocupações dessa Autoridade Portuária na busca de alternativas para manter a movimentação de cargas no Cais 3, até que soluções permanentes conduzam, em regime de emergência, a obras de recuperação da estrutura, adequação à capacidade de carga das novas gerações de guindastes portuários e ampliação da profundidade para permitir calados de 15 m, a exemplo dos demais berços de atracação.

Dando continuidade a análise da ordem do dia, a **Presidente** passou a palavra para a **Sra. Sônia** tratar sobre o segundo item da pauta.

5. ORIENTAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA ANVISA SOBRE O CORONAVÍRUS:

Tomando a palavra, a **Sra. Sônia**, iniciou sua fala informando que até o presente momento não tem nenhum caso suspeito ou confirmado do COVID-19 em tripulantes de navios. Em solo as medidas preventivas estão adequadas. Recentemente, foi realizada a campanha de vacinação da H1N1 na área portuária, num primeiro momento foram imunizados os operários, terceirizados e colaboradores de agências marítimas, em seguida, a vacinação foi estendida a todos os motoristas.

Dando continuidade a sua fala, a **Sr. Sônia** aproveitou a oportunidade para compartilhar com os presentes, que foi realizada uma reunião com todos os representantes das transportadoras de Imbituba que carregam para o Porto, para orientá-los sobre o uso de máscaras, higienização das mãos e higienização das cabines.

Finalizando a sua fala, a **Fiscal da Anvisa**, relatou sobre a última nova técnica nº 38 que saiu, informou que já foi repassada a todas as agências para conhecimento. Nela consta que os tripulantes precisam esperar 14 dias antes de embarcar no navio.

Após a **Presidente** do CAP agradecer a participação da Sra Sônia, ela deu início a discussões dos assuntos estratégicos, passando a palavra para o Sr. Rui abordar sobre o pera ferroviária.

6. ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS:

6.1 STATUS PERA FERROVIÁRIA:

Tomando a palavra, o **Sr. Rui** informou que a pera ferroviária realizou sua primeira operação na data de ontem (28/05/2020), em seguida, exibiu, por meio do compartilhamento em tela, o vídeo do trem transportando com vários contêineres passando no novo trecho construído.

Após a **Presidente** do CAP questionar a quantidade de contêineres que o trem estava carregando e se o mesmo tem contato com apoio técnico para operar, o **Sr. Rui** respondeu que o trem estava operando normalmente, com todo o cuidado de segurança. O **Sr. Daniel** complementou que, normalmente, a composição do trem é aproximadamente 40 contêineres.

Tomando a palavra, após agradecer a todos por todo esforço e dedicação, o **Diretor-Presidente**, sugeriu que em breve seja feito um ato oficial de inauguração, contando com a presença da Presidente do CAP juntamente com o secretário da SNPTA.

Encerrando a sua fala, o **Diretor-Presidente**, solicitou que o Setor de Comunicação organize, para divulgação e conhecimento de todos, um compilado de imagens que contemplam as diferentes fases da obra, desde o início até o momento da entrega da pera ferroviária em funcionamento.

Encerrando este item da pauta, a **Sra. Rita Munck** se dispôs a participar do ato de inauguração (passada a pandemia) e também parabenizou a equipe envolvida em todo o trabalho para esta ação ser concluída.

Adiante, para tratar do status do PDZ (Plano de Desenvolvimento e Zoneamento), à Presidente do CAP passou a palavra para a Sra. Marlei, analista de gestão, da SCPAR Porto de Imbituba.

6.2 STATUS DO PDZ DO PORTO DE IMBITUBA:

Inicialmente a **Sra. Marlei** relatou que a expectativa para esta data era ter o documento publicado no Diário Oficial da União, no entanto, o processo irá retornar para que a Autoridade Portuária faça a menção do correta ao Plano Mestre, pois alguns trechos do

documento descritivo do PDZ, contém citações ao Plano Mestre de 2012 e a versão preliminar de 2018, sendo que o correto é vincular ao PDZ apenas ao Plano Mestre publicado em 2018.

Adiante, a **Sra. Marlei** destacou que a versão preliminar do Plano Mestre é muito próxima da versão definitiva, sendo assim, as ações do PDZ estão alinhadas com a versão atual do Plano Mestre, bem como o PELP (Planejamento Estratégico de Longo Prazo).

Tomando a palavra, o **Sr. Gilberto** comentou que este ciclo de atualização dos diferentes planejamento: PNL (Plano Nacional de Logística Portuária), Plano Mestre e PDZ, bem como a suas interligações tornam os documentos obsoletos antes mesmos de serem aplicados de fato, pois rotineiramente um deles precisa ser atualizado em função de outro, e isso dificulta as suas aprovações e aplicações em tempo hábil.

O **Sr. Gilberto** também pontuou que as exigências relacionadas a base geo são demasiado extensas, pois a ideia era que se tivesse apenas um mapa das áreas apensado ao PDZ.

A **Presidente do CAP**, discorreu sobre a importância do PDZ seguir as orientações contidas na Portaria 3, de 7 de janeiro de 2014. Em relação a esta demanda de atualização da menção do Plano Mestre, afirmou que este detalhe não deveria ter passado despercebido da análise inicial da SNPTA, mas que uma vez identificado, precisa ser ajustado.

Na sequência, a **Sra. Marlei** mencionou que irá analisar a demanda da SNPTA fazendo o cruzamento das ações previstas no Plano Mestre e no PDZ. Considerando que faz-se necessário um ajuste da redação do documento descritivo, entrará em contato com o Sr. Gean, consultor da FAEPESUL, para que este providencie a alteração, uma vez que a Autoridade Portuária não dispõe do arquivo editável.

Por fim, a **Sra. Marlei** destacou que esta alteração é relativamente simples, uma vez que não demanda ajustes na base geo, sendo assim, o Porto de Imbituba está muito próxima da publicação tão esperada do seu PDZ.

6.3 STATUS DA OBRA DA BR 285:

Dando início a pauta referente ao status da obra da BR 285, a **Presidente** do CAP comentou sobre o ofício compartilhando pelo Sr. Anderson, afirmando que a previsão de entrega do trecho catarinense é este ano, no entanto, continua a pendência do trecho gaúcho.

Adiante, o **Sr. Rui** informou que foi realizada uma reunião *in loco* com o representante do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e relatou que não obteve resposta quanto ao trecho gaúcho.

Tomando a palavra, o **Sr. Antônio Carlos** compartilhou com o grupo sobre a circularização de um vídeo no grupo da BR 285 do ministro Tarcísio, informando a finalização dos trabalhos com relação a questão técnica que permitiria o lançamento do edital para licitação do trecho gaúcho.

Quanto às encostas, o **Sr. Antonio Carlos**, relatou que o projeto avançou muito e as obras já estão em andamento com uma velocidade interessante. Por fim, concluiu sua fala informando que a obra vai ser inaugurada em dezembro. Também se dispôs a compartilhar os registros do andamento de todo o trabalho com os conselheiros.

O **Sr. Fernando Farias**, por sua vez, complementou sobre a necessidade da cidade também pensar no desenvolvimento de infraestrutura local, pois Imbituba tem a vocação portuária e turística.

Em seguida, o **Sr. Daniel Plentz** esclareceu que o conjunto de ações não está parado, mas que o esforço não depende somente da Autoridade Portuária. Logo, sugeriu que se tenha uma comunicação frequente com o Município de Imbituba.

Adiante, o **Diretor-Presidente** agradeceu a manifestação dos **Srs. Fernando e Daniel** e mencionou que, recentemente, o secretário da fazenda demandou sobre o novo acesso, bem como sobre o alargamento do mesmo. Solicitou que o pessoal registrasse as ações por meio do SGPe para que as mesmas sejam acompanhadas ao longo do tempo. Também comentou que o Setor de Comunicação e o Porto precisam ir até a comunidade.

Tomando a palavra, o **Sr. Gilberto** ressaltou a importância da preocupação do “navio da terra” (caminhão) e tanto quanto com o navio do mar. Atestou que não vê saída para o Porto, a não ser a abertura do *gate* pelo acesso da Cancha, atenderia também o projeto futuro de duplicação da via do Acesso Norte.

A **Sra. Rita** sugeriu pautar para a próxima reunião a questão do entorno, do novo acesso, conforme sugestão do Diretor-Presidente.

Em seguida, o **Sr. Antonio Carlos** mencionou que recebeu uma mensagem sobre a importância do tempo, pois o plano de mobilidade do município está parado desde 2019.

6.4 STATUS DAS TRATATIVAS SOBRE ACESSO DE PESSOAS E VEÍCULOS:

Iniciando o último item da pauta, que trata sobre o controle de acesso de pessoas e veículos no Porto de Imbituba, a **Sra. Marlei** informou que foram realizadas algumas reuniões internamente, tanto com os setores responsáveis, quanto com a comissão de sistematização e num primeiro momento a minuta da norma de acesso foi desenvolvida internamente e agora ela foi disponibilizada para consulta.

Adiante, o **Sr. Gilberto** informou que está trabalhando na compilação das manifestações dos operadores e das agências marítimas sobre a minuta da NAPV. Por fim, ele parabenizou a equipe envolvida neste trabalho.

Considerando que todos os itens pautados foram discutidos, a **Sra. Rita** iniciou o debate de assuntos gerais recuperando algumas discussões pendentes de encaminhamento das reuniões anteriores, em seguida franqueou a palavra aos presentes.

7. ASSUNTOS GERAIS:

7.1 AGRADECIMENTOS AO ANDERSON

Inicialmente, os conselheiros registraram que ficaram felizes com o retorno da Sra. Rita e também mencionaram palavras de agradecimento ao Sr. Anderson, que presidiu os últimos encontros do CAP.

7.2 DATA CENTER

Em seguida, a **Presidente** do CAP, pontuou que o Sr. Daniel havia sugerido como pauta a discussão sobre o Data Center, considerando que a necessidade da equipe de TI organizar uma apresentação sobre o tema, este item será pautado na próxima reunião.

Tomando a palavra, o **Sr. Daniel** expôs que está previsto no PELP para a equipe de engenharia projetar uma edificação anexa ao data center, no entanto, ainda tem-se discutido se a estrutura será dentro do prédio administrativo ou fora.

7.3 PRÉDIO ADMINISTRATIVO, GARAJÃO E CAPELINHA

Em relação ao prédio administrativo, o **Sr. Daniel** apontou que vem trabalhando no projeto de reforma, em seguida, ele compartilhou as plantas ainda não finalizadas.

Tomando a palavra, o **Sr. Gilberto** sugeriu resgatar os lanternins, por fim, agradece o Sr. Daniel por manter a história do Porto.

O **Arquiteto** falou que este trabalho tem sido desenvolvido a partir da comissão de patrimônio, em seguida apresentou algumas imagens que ilustram o andamento da obra do garajão.

Adiante, o **Sr. Fernando** parabenizou o Sr. Daniel e toda equipe pelo trabalho, bem como pela transposição da Capela.

7.4 TARIFAS

Dando continuidade a retomada dos assuntos pendentes de reuniões anteriores, a **Presidente** do CAP, indagou sobre as tratativas relacionadas ao tema tarifas.

O **Diretor-Presidente** informou que foi criado um grupo para tratar deste assunto, recentemente, a padronização das tarifas foi discutida junto à ANTAQ.

O **Sr. Gilberto** pontuou a importância de adequar a tabela de tarifas do Porto de Imbituba, informou que participou de algumas reuniões sobre o tema. Por fim, ressaltou sobre a importância do trabalho da ANTAQ quanto a padronização das tarifas dos portos.

Finalizando a reunião, a **Sra. Rita** concedeu a palavra para o Sr. Jorge, da VIGIAGRO repassar uma orientação ao grupo.

7.5 PESTE SUÍNA AFRICANA

Tomando a palavra, o **Sr. Jorge** informou que a Secretaria de Defesa vinculado ao Ministério de Agricultura, alertou sobre a doença viral peste suína africana. Afirmou que o Brasil é um país livre desta enfermidade, mas que faz alguns anos que ela ressurgiu na Ásia, África e Europa.

Para evitar que a doença chega ao território brasileiro, é importante atuar preventivamente, as ações estão voltadas nos aeroportos, a preocupação em Imbituba se dá por meio dos resíduos sólidos das embarcações.

Após o **Sr. Daniel** discorreu sobre a obra de Centro de Triagem de Resíduos sólidos previsto no PELP, o **Sr. Bruno** afirmou que trata-se de duas demandas distintas, pois esta obra visa tratar dos resíduos da autoridade portuária, a orientação do Sr. Jorge, está voltada para o resíduo das embarcações, tal processo está previsto resolução 35 do Porto, não existe margem para a manobra pois o processo é bem rigoroso, o Setor de SSMA está bem atento, e a ANTAQ também analisa os laudos gerados por esta atividade.

Por fim, o **Sr. Jorge**, mencionou que trata-se só de uma orientação, uma vez que a normativa do Porto de Imbituba é bem completa, diferenciada, pois, o arcabouço legal do estado é diferente dos demais estados.

8. ANOTAÇÕES SOBRE A PRESENÇA DOS CONSELHEIROS:

O **Diretor-Presidente** iniciou sua participação no encontro às 10:20.

O **Sr. Joel** registrou por meio do chat a sua saída às 10h33min. Seu suplente, o Sr. Ademar Dutra participou da reunião a partir deste momento.

O Conselheiro **José Roberto** também registrou sua ausência por meio do chat às 11h20min.

9. ENCERRAMENTO

Não havendo mais manifestações, a **Presidente Rita de Cássia Vandanezi Munck** encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. A Secretária do CAP do Porto de Imbituba, por sua vez, redigiu a presente ata de modo a submetê-la à aprovação dos Conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Rita de Cássia Vandanezi Munck	Titular
Sônia Pires Inácio	Titular
Jorge Rosenfeld Kroeff	Titular
Jamazi Alfredo Ziegler	Titular
Joel Alves	Titular
Ademar Dutra	Suplente

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

José Roberto Martins	Titular
Antônio Carlos Bandeira Guimarães	Suplente

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

Fernando de Farias	Titular
Elivelton Luiz Dore	Suplente

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer	Secretária
------------------	------------